



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

1

2 **Ata da 1ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte do** 3 **Estado da Paraíba - CBH-LN, ano de 2021.**

4 Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às 8h30min, realizou-se a 1ª
5 Reunião Ordinária do CBH-LN do ano de 2021, no formato virtual, através da plataforma Google
6 Meet, para deliberar sobre a seguinte pauta: **1. Abertura da Reunião; 2. Leitura da ata da 4ª**
7 **reunião ordinária de 2020; 3. Informes da Diretoria; 4. Apresentação do Relatório de**
8 **atividades 2020 e Plano de trabalho de 2021 do CBH-LN; 5. Apresentação sobre a**
9 **Ampliação do Sistema de abastecimento de água do Litoral Norte; 6. Discussão sobre a**
10 **adesão ao Protocolo do OGA (Observatório das Águas – Ângelo Lima); 7. Palavra**
11 **facultada. Item 1 - A reunião foi aberta e presidida pelo Sr. Natanael Leal (Presidente do**
12 **CBH-LN) e como a Sra. Adriana (1ª Secretária Geral) teve problema na internet a Sra. Mirella**
13 **Motta e Costa (Vice Presidente do CBH-LN) fez a leitura da Pauta e seguiu com o item 2.**
14 **Leitura da ata da 4ª reunião ordinária de 2020 e a Sra. Maria Adriana terminou a leitura**
15 **e colocou-a em votação e foi aprovada, com a observação do Sr. Pedro Freire**
16 **(Representante da AESA) que a barragem Acauã fica no município de Itatuba e não em**
17 **Natuba; No item 3. Informes da Diretoria, a Sra. Mirella informou que o Projeto Comitês nas**
18 **Escolas, está no início da execução desse projeto, que foi gerido pelos comitês, já houve várias**
19 **reuniões de planejamento e foi divulgado na mídia, site da AESA, governo do estado e vários**
20 **outros sites dos parceiros, já foram iniciadas as inscrições. A primeira fase do projeto vai**
21 **abranger a região do Litoral Sul. É um projeto feito pelos Comitês com apoio da AESA,**
22 **SEIRHMA, SEE, SUDEMA IFPB e UFPB, outro informe é que está em andamento o Novo**
23 **Plano Nacional de Recursos Hídricos de 2022 a 2042 e os Comitês do Brasil todos foram**
24 **convidados a compor as reuniões regionais e no próximo dia (20/04) haverá duas reuniões com**
25 **a região Nordeste, na qual o estado da Paraíba, com membros indicados, vai participar. É uma**
26 **oportunidade que o MDR tem dado aos Comitês para pautar as questões relacionadas aos**
27 **recursos hídricos em suas áreas de atuação de maneira regionalizada. Informa também a**
28 **contratação pela a AESA da Sra. Lovânia para dar andamento a execução do recurso do Fundo**
29 **Estadual de Recursos Hídricos-FERH. A Sra. Sra. Lovânia disse que foi contratada para**
30 **acompanhar os recursos do fundo, está se atualizando junto a diretoria da AESA, quanto as**
31 **realizações de 2021. Por problema técnico, houve uma inversão de pauta, e passou-se ao item 5.**
32 **Apresentação sobre a Ampliação do Sistema de abastecimento de água do Litoral Norte,**
33 **com o Sr. Marcus Vinícius Neves - Diretor Presidente da CAGEPA o mesmo agradeceu o**
34 **convite para apresentar o que está sendo discutido sobre o abastecimento d'água e esgotamento**
35 **sanitário e dos planos no Litoral Norte. Informou ao Sr. Natanael Leal e demais membros do**
36 **Comitê que recebeu a planilha e já está pronta e fez questão de acrescentar alguns pontos, mesmo**
37 **não estando atendendo um só município, que faz parte do Comitê por exemplo, ele faz parte do**
38 **contexto como um todo, a exemplo do município de Santa Rita. Iniciou a apresentação fazendo**
39 **um breve resumo do cenário do saneamento no país, que por ser um ambiente externo, é preciso**
40 **que se dê respostas através de ações tanto do Governo do Estado como da CAGEPA. Primeiro**
41 **destacou a nova lei 14.026/2020 que alterou a lei 11.445/07 e essa discussão não se encerrou no**
42 **dia 15 de julho de 2020, quando o atual Presidente sancionou o projeto de lei que foi aprovado**



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

43 no senado e na Câmara federal. Alguns pontos importantes do Marco Regulatório é que a ANA
44 passa a ser a Agência Nacional de Água e Saneamento, a quem foi incumbida de fazer as normas
45 gerais ou diretrizes de referências de saneamento do Brasil. A ANA vem buscando alternativas,
46 tanto com as operadoras como com as agências reguladoras. Possui um calendário que vai até o
47 final de 2022 para implementação e já existe uma Normativa Técnica nº 490 do Ministério do
48 Desenvolvimento Regional (MDR), que trata sobre as metas de perdas, além da meta de
49 universalização (algumas passíveis e outras extremamente difíceis para algumas cidades). Foi
50 destacado que o Estado possui a grande maioria da população com renda per capita baixa, isso
51 tudo é impactado e por isso está sendo utilizada uma obrigatoriedade na Lei, para fazer face a
52 esse equilíbrio. A norma exige que haja o processo de regionalização. Aqueles municípios que
53 não estiverem regionalizados, estão impedidos de receber recursos federais, seja pelo orçamento
54 Geral da União ou qualquer recurso gerido, fundo ou financiamento de banco ou fundo gerido
55 do governo federal, a exemplo do FGTS. Destaca-se, por exemplo: o município “X” da bacia
56 Hidrográfica do Litoral Norte vai solicitar recurso à FUNASA, a partir do dia 15 de julho, se ele
57 não estiver em uma unidade regionalizada, em uma região regionalizada ou qualquer outra
58 metodologia, obrigatoriamente ele está impedido de receber esse recurso. Ele não pode receber
59 recurso da FUNASA, da AGU, de Emenda, entre outros recursos. Estudos têm sinalizado a
60 divisão do Estado da Paraíba em quatro microrregiões. Os Comitês de bacias terão assento no
61 processo de discussão e de governança. A contratação pode ser feita diretamente, por concessão,
62 via licitação de renovação do contrato de programa, os novos contratos foram vetados e esse
63 impacto trata diretamente do caso de Borborema. A **Situação do Abastecimento de Água dos**
64 **51 municípios inseridos nas bacias hidrográficas do Litoral Norte**, em Araçagi foi concluído,
65 porém, duas comunidades com cerca de 215 unidades habitacionais (em Santa Lúcia e Tainha)
66 não estão inclusas aqui. Destaca-se que está sendo desenvolvida a parte de projetos para a
67 comunidade de Canafístula e Muluguzinho, também dentro de Araçagi. Dentro das Prefeituras
68 onde a CAGEPA não atua, não tem investimento, com exceção do município Itapororoca. Em
69 virtude da adutora que está vindo de Araçagi para Mamanguape, ficou ali um ponto de derivação,
70 prevendo o atendimento ao Município de Itapororoca com água, haja vista que a estação de
71 tratamento foi projetada para esse fim também. Existem outras ações já projetadas para o
72 município de Areia, onde se concluiu a obra de abastecimento d’água. Está sendo realizada uma
73 nova licitação para trazer melhorias no sistema de distribuição. Na área de esgotamento sanitário
74 está sendo implantado acima de 80% no município de Areia, com 30 milhões de reais investidos
75 em esgotamento sanitário. Existe um pleito feito pelas cidades de Bananeiras, Casserengue e
76 Solânea, referente ao atendimento à extensão da adutora de Camará. Sua estação de tratamento
77 está prevista para esse fim e também para a parte distribuição e reservação da parte alta de
78 Bananeiras, que atende ao conjunto Augusto Bezerra. Em continuidade também reforçará o
79 sistema de Solânea, seguindo para o sistema de Casserengue. Fez-se investimento desde 2020 e
80 se tem atendido ao sistema de Canafístula II, por praticamente flutuante, não tem feito mais a
81 tomada original de água como era feito, haja vista, o baixo nível do manancial que permite
82 continuar o abastecimento, mesmo em racionamento do sistema integrado. Indiretamente, o
83 sistema de Canafístula II segue para Cacimba de Dentro e outros municípios, Araruna e etc. A
84 boa notícia é que está em processo de licitação para o ramal Transparaíba – Curimataú, com a
85 retomada da obra. No dia 11 de maio haverá abertura do edital, então vai desafogar um pouco a



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

86 segunda etapa – quando esse ramal chegar até o município de Araruna – desafogando também
87 todo o restante, por processo. Espera-se também a volta das chuvas, para normalizar o manancial
88 de Jandaia para se ativar o sistema já construído de Jandaia a Cacimba de Dentro, que vai servir
89 aos demais municípios, propiciando uma folga no sistema de Canafistula II, para as cidades de
90 Bananeiras e Solânea. Os municípios de Capim e Cruz do Espírito Santo, tiveram melhorias e
91 reformas na estação de tratamento, da mesma forma algumas extensões de rede em Capim, Cuité
92 de Mamanguape e Curral de Cima foram contempladas no projeto, na lista de municípios que
93 estão indo para formação de uma PPP (Parceria Público Privada) para ter sua universalização no
94 esgotamento sanitário a ser modelada pelo BNDS. Igualmente, no município de Duas Estradas
95 fez-se ações na parte de extensão de rede, retirada de rede clandestina e melhoria na rede. Na
96 cidade de Esperança tem a obra da nova Camará, primeira etapa concluída com algumas ações a
97 serem ajustadas. Neste bairro da cidade de Esperança nunca tinha recebido água e em uma
98 parceria realizada com a prefeitura, colocou-se água em todas as unidades habitacionais. Na parte
99 de Guarabira estão sendo implantadas as extensões e adutoras para a zona rural e por distritos
100 urbanizados em duas comunidades. Em Guarabira foi feita a ligação dos reservatórios, porque
101 existia água vindo de Tauá e água vindo de Araçagi, porém acontecia que, quando tinha uma
102 parada no sistema vindo de Tauá, gerava um problema e só parte da cidade recebia água. Com
103 essa interligação nas adutoras toda cidade de Guarabira recebe água de Araçagi de forma
104 tranquila. Em Bananeiras foi implantada uma nova via da rede de aproximadamente 1 km. Na
105 cidade de Jacaraú várias extensões de redes e melhorias na estação de tratamento. Igualmente
106 em Juarez Távora, que apresentou um problema recentemente com o baixo nível do manancial
107 de Acauã, tem gerado problemas no abastecimento. Hoje existe projeto para atender uma nova
108 captação flutuante assim como foi feito em Campina Grande, com mais estrutura para captar
109 água do volume morto de Acauã, caso venha acontecer. Em Lagoa de Dentro – foram
110 implantadas extensões de rede, depois da casa do Sr. Pedro Vieira, além de todo conjunto novo,
111 por trás da lagoa, receberam melhorias e ampliação da extensão. Na cidade de Lucena existe a
112 implantação do sistema de esgotamento sanitário. Há também o sistema de implantação de
113 abastecimento de água de Costinha e Fagundes, resolvendo o problema histórico daquela área,
114 faltando apenas fazer a interligação. Em Mamanguape o sistema de Abastecimento de água está
115 em andamento. Em Mulungu chama atenção para a comunidade Leolândia entre Mari e
116 Guarabira, esta obra se espera concluir em julho/2021. Rio Tinto na Vila Regina é uma questão
117 que envolve a aldeia “Monte Mor”, neste momento está em fase de diálogo com a Prefeita Marta
118 Gerbasi, a implantação da questão da governança. Devido a legislação que envolve terras
119 indígenas, isso é um débito na questão de tratamento de água que vai se treinar e deixar a
120 operação para a comunidade. Santa Rita possui a obra de ampliação do sistema de esgotamento
121 sanitário e melhorias na estação de tratamento. Tem um projeto em andamento de estudo de
122 viabilidade técnica do abastecimento da parte alta de Santa Rita, que é Tibiri, Marcos Moura e
123 Eitel Santiago, a partir da nova estação de tratamento de Gramame. Em Sapé a obra de
124 esgotamento sanitário foi implantada reforma completa na estação de tratamento de esgoto.
125 Sertãozinho já tem contrato assinado para fazer o projeto de esgotamento sanitário, neste
126 momento está se buscando recursos e tentando incluí-lo dentro das PPPs, o que facilitaria o
127 processo como um todo. Existe um projeto na Paraíba chamado de “Paraíba Rural Sustentável”,
128 que se refere ao recurso do Banco mundial que já começa a tratar o saneamento rural da Paraíba



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

129 que não é tratado pela CAGEPA, o modelo está muito bem conduzido pelo COOPRAR/PB. A
130 última Temática item 2. Esclarecimento oficial a cerca do processo que passaria a
131 titularidade do município de Borborema para a CAGEPA. Até o dia 15 de julho de 2020 o
132 processo funcionava da seguinte forma: existia um Plano Municipal de Saneamento Básico, a
133 prefeitura realizava o convênio de cooperação, que era autorizado pela câmara municipal.
134 Mediante esse processo se fazia Estudo de Viabilidade Técnica Econômico Financeira, realizado
135 pela CAGEPA (que tem essa modelagem, cidade por cidade, quanto aos procedimentos que
136 precisam ser feitos). Procedia-se a Consulta e a Audiência pública da Minuta do Contrato de
137 Programa, reunia o processo como um todo e na sequência fazia a assinatura do contrato de
138 programa para poder operar no município. A Lei 11.445 determina que mesmo com o contrato
139 vencido a continuidade do abastecimento tem que ser mantida. A CAGEPA não atua em
140 Borborema. Foram adiantadas algumas etapas em anos anteriores, como tem sido feito com mais
141 de 100 municípios da Paraíba, foi possível realizar, além da autorização pela Câmara Municipal,
142 o Convênio de Cooperação assinado, pronto e ajustado. Em Borborema, inclusive, foi feita
143 auditoria técnica no sistema lá existente, mas diante da ausência do Plano de Saneamento Básico,
144 legalmente assim como se fez com outros municípios, não foi possível assinar o Contrato, sob
145 pena de nulidade do mesmo. Então não se conseguiu avançar na formalização desse processo.
146 Com o veto do contrato de programa aconteceu por parte do governo federal, esse contrato de
147 programa não pode ser realizado. A Associação já contratou um escritório em Brasília para
148 contestar a Lei com ação direta de inconstitucionalidade até o dia 30 de abril de 2021. A Lei
149 ordinária 14. 026 não pode afrontar um princípio constitucional, ela só impede para água e
150 esgoto, não impede para resíduos sólidos, por exemplo. Inclusive é discriminatória nesse assunto.
151 O que se diz para o município de Borborema: O que foi dito a Sra. Prefeita e ao Ministério
152 Público, na audiência, é aguardar a regionalização e nova jurisprudência. Porque a regionalização
153 será realizada no momento que se implantar uma gestão compartilhada. A CAGEPA faz parte
154 do estado, o estado compartilha essa titularidade com os municípios, e a ela pode prestar esse
155 serviço que está previsto em Lei. A nova jurisprudência da Lei já tem três artigos e duas ações
156 na justiça que diz o seguinte: uma vez iniciado os atos preparatórios, ou seja: a câmara autorizou
157 e houve uma ação entre as partes, estado e município daquele processo, ele tem que gerar
158 continuidade, não pode interromper, que é o caso de Borborema. A CAGEPA está aguardando
159 a concretização desses dois casos, para se avançar nas discussões. A CAGEPA coloca a equipe
160 técnica para ajudar a prefeitura de Borborema e a ajudar no Plano Municipal de Saneamento
161 Básico, assim como foi feito em Guarabira e outros municípios. Em virtude das expertises e
162 vivência, a própria CAGEPA permite trazer novos ajustes e ajudar nesta construção, além de
163 observar as regiões, se tem os Planos Regionais. Então esse Plano Municipal, pode ser nesse
164 momento, inserido no Plano Regional ou esperar o Plano Regional e abarcar o município de
165 Borborema com as suas peculiaridades, para que ele possa ser atendido e se possa assinar o
166 Contrato. Observam-se maiores comentários em uma planilha que pretende encaminhar a
167 Diretoria deste Comitê. O Sr. Natanael Leal agradeceu a apresentação e abriu o espaço para
168 perguntas. A Sra. Mirella pediu aos interessados que fizessem a inscrição no Chat. A Sra.
169 Mirella agradeceu ao Dr. Marcus Vinícius e demais Diretores e técnicos da CAGEPA presentes
170 na sala e faz a 1ª pergunta: Se vê que é muito trabalho que a CAGEPA tem feito e não são vistas
171 essas ações publicizadas. Às vezes não se tem onde buscar, uma vez que a CAGEPA é empresa



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

172 de sociedade mista, se tem dificuldades de encontrar essas informações, seja em site ou em
173 relatórios. É interessante observar, desde que entrou nesse Comitê em 2012, que se fala sobre a
174 estação de tratamento de esgoto de Sapé e o Sr. Marlindo aqui presente na sala, é uma pessoa
175 que sempre trouxe isso à tona. É importante ouvir da CAGEPA, se vai ser feita a ampliação dessa
176 estação. Pergunta sobre o abastecimento de Bananeiras e Solânea, que a ex-membra
177 representante de Bananeiras a **Sra. Kerssia**, sempre contestava, que próximo ao reservatório de
178 Jandaia poderia ser usado para o abastecimento de água e não era. Então se tem esse
179 questionamento, por que não faz também a integração? E também foram vistos vários
180 investimentos em abastecimento e alguns consideráveis, também em esgotamento sanitário. Um
181 dos instrumentos que o Comitê possui é a outorga e o enquadramento, outorgas de recursos
182 hídricos que englobam: outorga de lançamento de efluentes, se não houver a estação de
183 tratamento e não existir outorga, pode poluir as bacias. Então deseja-se saber se a CAGEPA
184 quando pensa no projeto, já pensa no corpo hídrico receptor, no nível de tratamento que
185 historicamente não se consegue passar do tratamento secundário, se há uma estação de
186 tratamento terciário e se há estudo de reuso de água. Como resposta o Sr. Marcus Vinícius disse
187 que sobre a estação de Sapé foi assinado o contrato e acha que também foi dada a ordem de
188 serviço, o projeto contemplava recursos e foi concluída em parte. Então ela tem módulo
189 funcionando precariamente, então esta reforma, faz todo processo completo, com as lagoas bem
190 organizadas. A boa nova é que existem recursos de um milhão, trezentos e poucos mil. Quanto
191 a Bananeira e Solânea tem dois problemas na região, um é que o manancial de Canafistula, com
192 as matas ciliares e as nascentes foi permitido o estudo de balanço hídrico daquele manancial e
193 sua extensão para outras cidades, que não só Bananeiras e Solânea, foi para Araruna, desce para
194 Cacimba de Dentro, Tacima, Dona Inez e Riachão, em resumo é um sistema integrado. Acontece
195 que se tem uma degradação dos mananciais, volume de chuvas totalmente irregulares nos últimos
196 anos em virtude das mudanças climáticas, este é um ponto. E nos permitiu fazer e hoje tem o
197 problema de produção na seca e o problema de distribuição para algumas partes altas. |Aquele
198 cidade que era um pequeno núcleo, hoje é uma imensidão de condomínio, um hotel novo na área
199 baixa, tudo isso gera um consumo que não foi previsto para a cidade, que a infraestrutura não
200 seguiu. Da mesma forma se diga de Solânea que se tornou uma grande cidade, a atividade
201 comercial já era pujante desde a sua origem como distrito de Moreno. Com a chegada de Jandaia
202 a ideia é, uma vez ela cheia a estação de tratamento de Cacimba de Dentro, criou-se outra que
203 sairia para Araruna, Cacimba de Dentro, Tacima e Riachão, desafogando e voltando a um projeto
204 original, ou seja, a produção de água estaria resolvida para aquele processo. Projetou-se Camará
205 tendo em vista seu volume que é bastante significativo em relação à Jandaia e Canafistula II, foi
206 prevista na sua estação de tratamento 400 litros por segundo, prevendo reforço para Bananeiras,
207 Solânea e Casserengue, reforçando esse sistema como um todo. Quando se trabalha regime de
208 escassez hídrica se verifica ano a ano, por isso a importância da parceria que se tem com a AESA
209 de monitorar esses mananciais, por isso que o projeto do Banco Mundial é importante para que
210 se tenha esse estudo automatizado na Gerência de Controle Operacional da CAGEPA que vai
211 permitir dizer qual o melhor manancial, por que Jandaia não foi jogada para Bananeiras? Porque
212 a sua estação foi projetada para jogar água para esse outro, para desafogar Bananeiras. Se tivesse
213 que inverter o Sistema não atenderia Bananeiras e Solânea porque ela teria que atender os outros
214 municípios também do sistema integrado. Em termo de outorga dentro daquilo que lhe cabe, tem



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

215 feito todas as solicitações, todas as outorgas são solicitadas à AESA de forma adequada. Quando
216 cabe a ANA também e se tem realizado pelo uso da água de forma regular. Na parte de reuso
217 existe um estudo piloto, na estação de tratamento de Campina Grande, mesmo sendo através de
218 lagoas, em virtude da sua posição e capacidade operativa. A CAGEPA fez parceria com a
219 Coteminas, que tem uma adutora sendo construída para pegar a água de reuso, fazer uma
220 desinfecção, porque a qualidade do efluente é muito boa para fazer uso, na parte de refrigeração
221 de máquinas e na parte de caldeiras na Coteminas. Esse é um projeto piloto que a CAGEPA está
222 implantando. Tem Outro Projeto piloto do Banco Mundial que envolve o sistema de esgotamento
223 sanitário de João Pessoa. Se tem feito todas as reformas das estações de tratamentos de esgotos
224 do Estado da Paraíba ou se ampliou, como é o caso de Guarabira e João Pessoa, IV módulo da
225 ETE. A **2ª Pergunta - Sr. Gil Alves (Representante da Prefeitura de Serraria)** informou que
226 a barragem que abastece Serraria se encontra em situação difícil, técnicos da CAGEPA de
227 Guarabira estiveram no local e viram que a barragem está seca, a cidade está sem abastecimento
228 d'água. Em 2019 o prefeito fez um investimento na Barragem que abastece Serraria, essa
229 barragem é da Associação Campo Verde II, no valor de mais de 40 mil, justamente para que não
230 viesse a faltar água, mas não se esperava que a barragem da CAGEPA, que é a Barragem do
231 estado estivesse soterrada. Já foi bastante solicitado aos outros gestores da CAGEPA, para que
232 se fizesse o desaterro dessa barragem, para ficar com dois mananciais, quando tivesse usando
233 um, o outro ficasse de reserva para não faltar água em Serraria. Hoje com a falta de água o
234 prefeito está fazendo um investimento de mais de 40 mil para desassorear a Barragem da
235 CAGEPA para que se possa ter essas duas Barragens e não venha mais a chegar ao ponto que
236 está hoje. Outro Ponto: Quando faltou água na cidade, os dirigentes da CAGEPA fizeram acordo
237 com o prefeito, para a CAGEPA colocar caixas d'água em uns pontos da cidade e a prefeitura
238 ficar abastecendo com carro-pipa, ficou tudo bem. No entanto, as caixas d'água que vieram, eram
239 ressecadas chegando a se romper, três ou quatro estavam furadas, causando grandes transtornos
240 ao município, inclusive foi solicitada a reposição dessas duas caixas que se romperam e até o
241 momento o pedido não foi atendido. Serraria se encontra em uma área isolada e espera em caráter
242 de urgência uma solução para esse município. Sabe-se que a situação não é fácil. Então quer
243 saber o que pode ser feito em caráter de urgência para este município. **O Sr. Marcus Vinícius**
244 pediu o número do ofício que solicitou a substituição das caixas d'água – enviado para a regional
245 do Brejo – e encaminhasse para este Comitê, e então o Comitê encaminharia à presidência da
246 CAGEPA para analisar a solução adequada. Quanto às caixas d'água todas são novas, apenas
247 alguns municípios solicitaram, mas não foram pegar nas regionais. Alguns municípios no Brejo
248 e também no sertão entraram em colapso ou pré-colapso e a CAGEPA destinou as caixas a quem
249 estava precisando no momento. 2º Ponto – a CAGEPA tem estudo realizado com a AESA, que
250 essa remoção/limpeza que se faz nos pequenos barreiros pode ser feita com uma
251 retroescavadeira, mas em um manancial grande para abastecimento da cidade, fica mais barato
252 fazer estudo de uma adutora. Existem alguns mananciais em cidades como Serraria e outros no
253 estado da Paraíba. Tem-se tentado fazer um estudo técnico desse sistema isolado, para verificar
254 o que se pode agregar a esses municípios. Com o estudo de segurança hídrica já se percebeu que
255 o município de Serraria, todo ano ou a cada dois anos, vai apresentar problemas. Então tem que
256 se discutir, muito provavelmente, um sistema adicional para poder somar a esse processo. É o
257 que se tem vivenciado em outras cidades e Serraria está na lista desses municípios que está sendo



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

258 estudado. Em resumo, quanto às caixas d'água serão verificadas alternativas. Solicitou que
259 enviasse o ofício, através da **Sra. Mirella**, que a mesma enviaria para a Presidência da CAGEPA,
260 e que colocasse também o telefone para retorno. O **Sr. Gil** agradeceu ao **Dr. Marcus** pelas
261 respostas. **3ª Pergunta feita pelo Sr. Danilo (Representante de Itapororoca)** questionou que,
262 além de se ter um grande problema de falta d'água, também tem a falta de tratamento e como
263 não é a CAGEPA que fornece a água, o fornecimento é municipal, inclusive não se paga por essa
264 água e a água não é tratada. Isso torna um problema de saúde pública. Então perguntou-se qual
265 a previsão da CAGEPA começar a fornecer água para Itapororoca e a conclusão desse trabalho
266 até Mamanguape. **4ª Pergunta o Sr. Ângelo Lima (Representante do OGA)**, uma das
267 oportunidades que se tem com a incorporação pela ANA – que é um sonho desde a gestão de
268 recursos hídricos – é a integração do saneamento, seria uma grande oportunidade de envolver os
269 Comitês de Bacias nessas discussões, inclusive no que diz respeito à questão da regionalização.
270 Então perguntou-se: a regionalização na Paraíba está sendo pensada, tendo a bacia hidrográfica
271 como unidade de planejamento? Pois isso será muito bem-vindo do ponto de vista dessa
272 integração, a gestão de recursos hídricos com a gestão de saneamento. **O Sr. Marcus Vinicius**
273 respondeu dizendo que a CAGEPA tem recebido questionamento do Ministério Público sobre
274 Itapororoca e tem respondido que a CAGEPA não opera o sistema de fato, portanto não pode
275 emitir opinião onde não opera. E já atendendo ao questionamento do Sr. Ângelo, o Estado tem a
276 obrigação de pensar o seu território. Então, quando se pensa em uma adutora – seria muito
277 pequeno do estado se ele não pensasse a adutora passando por dentro do município de
278 Itapororoca. Porém, o município não é da CAGEPA, mas poderá ser um dia, com a adutora
279 passando na porta e com a estação de tratamento planejada para esse fim. É assim que se tem
280 que pensar Estado e recursos hídricos, principalmente na área de abastecimento de água e
281 esgotamento sanitário. Para se ter uma ideia, começou um estudo em João Pessoa na CAGEPA,
282 para a região metropolitana para que em 2039 possa receber as águas do São Francisco, a luta é
283 o governo federal liberar o dinheiro, isto será outra batalha. Isto é apenas um planejamento. Santa
284 Rita está planejada para receber água dessa área, existe um ponto para a cidade de Itapororoca,
285 que já tem contrato assinado e está inserida na regionalização. É a mesma situação de Borborema.
286 O estado não impõe o abastecimento, mesmo estando regionalizado. Existe um limite de
287 autonomia que é dado ao município e é dado ao Estado e é nesse ponto que a constituição é muito
288 clara e organizada, no sentido de permitir esse compartilhamento de responsabilidade de
289 titularidade nesse processo. Nenhuma nação, estado ou município evolui se não tiver água
290 fornecida tratada, com qualidade e quantidade pra sua população, da mesma forma o
291 esgotamento sanitário, é saúde pública, é vida. É preciso trazer para a realidade, saindo um pouco
292 da dicotomia de limites municipais, para pensar o futuro do Estado. O **Sr. Danilo** perguntou se
293 não tinha uma previsão quando a CAGEPA fornecerá água para Itapororoca e o **Sr. Marcus**
294 **Vinicius** disse que depende do município, depois da regionalização, da mesma forma que a
295 cidade de Borborema. O município vai chegar no chamado *estrutura de governança*
296 *interfederativa*, em que o município tem assento, vez e voz e vai discutir: eu quero que a
297 CAGEPA opere. Os demais municípios permitem? sim, o Estado quer? Sim. Então, será feito
298 oficialmente, existe todo um processo. Não existe mais a possibilidade, até que se consiga uma
299 liminar no STF, de se fazer um contrato de programa por dispensa de licitação, só onde a
300 CAGEPA opera é possível renovar. Em Itapororoca a CAGEPA não opera. O **Sr. Danilo**



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

301 perguntou se o município já teve alguma tratativa nesse sentido e o **Sr. Marcus** disse que sim,
302 não recentemente. Existe uma lei autorizativa e existe um convênio assinado entre o governo do
303 Estado e a prefeitura, da mesma forma que a cidade de Borborema, porém, Borborema tem
304 provocado o interesse. No entanto não tem recebido contatos nos últimos meses a respeito de
305 Itapororoca. **Outro ponto** – quanto ao município de Mamanguape, a previsão é para junho de
306 2022, que estará com o contrato concluído. Não quer dizer que vai chegar água antes, porque
307 Mamanguape tem adutora e tem o reservatório que está sendo retomado, além da questão da
308 estação e da distribuição. O projeto completo está previsto para junho de 2022. Respondendo ao
309 **Sr. Angelo**, um dos pontos que o Marco Legal trouxe de bom foi a ANA, pela forma como ela
310 vem conduzido. Tem-se a certeza de que os Comitês de Bacias serão chamados a compor, o
311 Comitê estará presente, isto está previsto inicialmente na minuta, não se sabe se vai ser validado
312 dentro desse processo, serão chamados para as audiências públicas. Esse processo de
313 regionalização buscará o melhor para a Paraíba. Foi colocado como diretrizes: **1º** Os sistemas
314 integrados não serão retirados, foi olhado sob o aspecto operacional; **2º** foram colocadas as
315 questões das bacias hidrográficas como uma das condições técnicas de análises; **3º** foi colocada
316 a questão do São Francisco e sua integração, de acordo com vários regimes e as estruturas
317 existentes e projetadas. No momento que se apresentar vai ficar mais claro. O **Sr. Danilo** pediu
318 para ficarem registrada as respostas do **Sr. Marcus Vinicius** sobre Itapororoca e os demais
319 municípios, pela importância enquanto Comitê cobrar dos municípios, em benefício da
320 população. **5ª Pergunta – Sr. Pedro Freire** parabeniza pela excelente apresentação do **Dr.**
321 **Marcus Vinicius** e diz que foram feitas algumas fiscalizações no curso dos rios que abastecem
322 Canafistula II – uma delas com a Promotora de Bananeiras, para detectar a possibilidade de
323 melhor fluidez da água que cai sobre o rio, até chegar ao reservatório. Detectaram-se algumas
324 necessidades de se fazer uma limpeza, tanto no rio Canafistula, como no rio Camará, ambos com
325 as nascentes em Bananeiras e Solânea. O **Sr. Pedro** acrescentou que tinha o objetivo de voltar
326 com a promessa que fez a esse Comitê, de provocar uma limpeza nesse rio, principalmente no
327 rio Canafistula – que é o rio de maior contribuição para a barragem. Antecipou-se ao **Dr.**
328 **Porfírio** para ficar à disposição da CAGEPA, para junto com os prefeitos de Solânea e
329 Bananeiras montar uma equipe de trabalho, para fazer a limpeza da calha e manter o rio com a
330 fluidez mais apropriada. Perguntou-se a CAGEPA se poderia se associar a essa equipe para
331 realizar a limpeza do rio Canafistula. **6ª Pergunta O Sr. José Felix** (Representante da Prefeitura
332 de Alagoinha) nessa excelente apresentação o **Sr. Marcus Vinicius** fala das propostas para o
333 futuro com relação ao saneamento básico e questiona: e onde não se tem adutora? Como é o caso
334 de Alagoinha. Nesse município o abastecimento é feito através de vertentes e do rio Tauá, quando
335 chove a água é suficiente, porém, no período de escassez/estiagem volta o dilema da questão de
336 quase 65 anos, desde a fundação do município. Perguntou-se: neste plano de expansão proposto
337 pela CAGEPA, teria a possibilidade da CAGEPA inserir Alagoinha na expansão das águas do
338 São Francisco? Em 2017 o mesmo esteve na CAGEPA com o prefeito Geová, levando essa
339 proposta e buscando uma outorga, para que pudesse retirar água bruta da barragem de Cuitegí e
340 assim transportar para o sistema de adutora em Alagoinha, onde existe a ETA. Existe essa
341 possibilidade das águas do São Francisco passar por Alagoinha? Solicitou que, se possível, fosse
342 inserida a cidade de Alagoinha nesse plano de expansão. O **Sr. Marcus** respondeu ao **Sr. Pedro**
343 que como tem participado em outras parcerias com a AESA, já pediu ao **Dr. Thiago de Sousa**



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

344 (Diretor de Operação) para analisar com a Regional mais específica de como atuar e fornecer
345 esse suporte à equipe da AESA com as prefeituras. Agradeceu o apoio que o **Sr. Pedro** tem dado
346 sempre que a CAGEPA solicita. Quanto ao **Sr. José Felix**, explicou que, primeiro o Município
347 de Alagoinha está dentro da regionalização. Foram inseridos os 223 municípios, mesmo os que
348 a CAGEPA não atua. Se Alagoinha ficasse de fora da regionalização, não poderia receber verbas
349 de nenhuma natureza, ou seja, do Orçamento Geral da União, da FUNASA, recurso da saúde
350 destinado ao financiamento, que não sejam transferências obrigatórias. A cidade de Alagoinha
351 poderá solicitar a CAGEPA que ela forneça água, isso terá um custo que vai ser precificado,
352 colocado pela agência reguladora e um dos pontos que o Estado vai ter que se organizar e
353 melhorar será quanto à agência reguladora. Essa tratativa não foi feita com **Dr. Marcus Vinicius**,
354 provavelmente, foi com o **Dr. Hélio**. É possível sim, vai ser feito um estudo de vazão, para poder
355 precificar, e aprovar na agência reguladora. **7º O Sr. Lucivaldo (Representante de Bananeiras)**
356 perguntou sobre o esgotamento sanitário de Bananeiras, se existem ações previstas por parte da
357 CAGEPA, em relação à situação do canal que corta o centro do município. É prevista alguma
358 estação de tratamento de esgoto para essa região? O **Dr. Marcus Vinicius** disse que esteve em
359 2020 conversando com o prefeito Douglas em uma reunião, para tratar desse assunto com a
360 gerência de contrato e concessão. Bananeiras tem características topográficas que às vezes ajuda
361 e às vezes prejudica. Então, existe um estudo com a Universidade, é bom verificar com o novo
362 prefeito essa retomada, para buscar essa alternativa em relação à pequena estação de tratamento
363 natural, estavam sendo feitas parcerias para fazer esse estudo junto com a universidade. A
364 CAGEPA se coloca à disposição para continuar esse diálogo com a prefeitura. Oficialmente se
365 quer fazer o esgotamento de Bananeiras e Solânea também, a princípio em um prazo de até 12
366 meses. Não há nenhuma ação da CAGEPA para fazer o esgotamento do canal porque não é só
367 no canal é de uma bacia. **8º O Sr. Natanael Leal** perguntou com relação à Araçagi, como foi a
368 parceria CAGEPA-AESA-COMITÊ. Há um problema seríssimo com os usuários a jusante de
369 Araçagi. Foi possível, nessa parceria em 2020, colocar os sifões de salvamento, com as chuvas
370 se desligaram os sifões e agora os usuários voltaram a nos procurar e está em contato com o **Sr.**
371 **João Pedro** da AESA para verificar esta situação. Como é difícil o entendimento com a regional
372 de Guarabira é mais fácil o contato com o Sr. Presidente, que já alinhou com a AESA e precisa
373 de uma pessoa da CAGEPA para abrir os sifões, que estão fechados. Quando foram colocados
374 os sifões, o nível dos reservatórios estava excelente, agora se apresenta com o nível mais baixo.
375 Em resposta foi dito que esse assunto é tratado na Diretoria de Operação com **Dr. Thiago**, isso
376 é feito em contato com a AESA, onde é verificada a previsão de chuvas e estudo de balanço
377 hídrico, tem todo um mecanismo, antecedente à visita ao local. O **Dr. Thiago** vai interagir com
378 a AESA, para verificar a disponibilidade de como atuar. A CAGEPA está à disposição na sede,
379 às vezes as regionais não tem autonomia para determinados assunto. A **Sra. Maria Adriana (2ª**
380 **secretária do CBH-LN)** agradeceu ao **Dr. Marcus Vinicius** pela brilhante apresentação, que
381 muito engrandece os conhecimentos do Comitê. O **Sr. Porfírio Loureiro, Presidente da AESA**,
382 parabeniza o **Dr. Marcus Vinicius** pela brilhante apresentação, e que as ações da AESA têm
383 sido sempre em parceria com a CAGEPA e se tem caminhado bem nesse sentido. Em todos os
384 reservatórios são tomadas atitudes em comum acordo, sempre pensando primeiro no
385 abastecimento humano e depois nas atividades produtivas no Estado. O Sr. **José Felix pediu que**
386 **ficassem registrados** os assuntos tratados e dentro das explicações que **Dr. Marcus Vinicius**



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

387 fez, ele cita as questões das exigências que são feitas, para que o município, no caso Alagoinha,
388 possa se enquadrar nas exigências da Lei. Alagoinha já elaborou o seu Plano Municipal de
389 Saneamento Básico visando o cumprimento do governo, na busca por recursos para melhorar o
390 sistema de captação e distribuição de água potável no município. Continuando a pauta passou-
391 se ao **item 4. Apresentação do Relatório de Atividades 2020 e Plano de trabalho de 2021 do**
392 **CBH-LN** com a **Sra. Maria Adriana**, que fez a apresentação e justificativas, em seguida foi
393 colocado em votação e aprovado com a observação da **Sra. Flávia Suassuna** no Relatório, que
394 a Semana da água de 2020 foi programada e não aconteceu por causa da Pandemia. Então passou-
395 se ao item **6º. Discussão sobre a adesão ao Protocolo do OGA (Observatório da Governança**
396 **das Águas)** o **Sr. Ângelo Lima** fez uma apresentação sobre o OGA no Encontro dos Comitês
397 em 2020, mas gostaria de apresentar algo mais objetivo, de forma mais direta sobre a Adesão ao
398 Protocolo, foi feita uma breve explicação e em seguida o debate sobre a Adesão. Foi apresentada
399 uma retrospectiva do começo dessa rede do Observatório da Governança das Águas, composta
400 por 60 instituições do poder público da sociedade e do setor privado e 18 pesquisadores que
401 trabalham com o tema da governança. Foram destacados os benefícios de monitorar essa
402 governança e a discussão sobre a governança na gestão de recursos hídricos. Os organismos de
403 bacias, não tinham uma ferramenta para sistematizar essa discussão e, principalmente, identificar
404 as lacunas, para que se pudesse trabalhar esse monitoramento resolvê-las. Em 2019 no Encontro
405 de Comitês de Bacias da Paraíba, foi lançado o Protocolo de Governanças com indicadores nessa
406 versão que se está trabalhando. Isso pode ser construído, de forma que o Comitê seja capaz de
407 tomar a decisão hoje e talvez abrir inscrição para quem tem interesse em participar do GT de
408 monitoramento da governança. O grupo pode ter em torno de 9 a 12 pessoas e se quiser já pode
409 deixar agendada a oficina com esse GT. A diretoria achou interessante a Adesão ao Protocolo e
410 assim foi aprovada a Adesão. Será colocado no grupo para o conhecimento de todos e foi
411 agendado o próximo encontro para o dia 17 de junho, e como tarefa fica a leitura do protocolo.
412 A **Sra. Maria Adriana** pediu para o **Sr. Ângelo** disponibilizar esta apresentação para a **Sra.**
413 **Mirella**. E finalizando o **Sr. Ângelo** agradeceu o convite e está à disposição. O **Sr. Natanael**
414 agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar, a **Sra. Mirella**
415 encerrou a reunião e em nome da Diretoria agradeceu a todos. Eu **Maria Adriana de Freitas**
416 **Mágero Ribeiro** – 2ª secretária geral, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será
417 acompanhada da lista de presença conforme registrado no google meet.

418

Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro

419

420 Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro

421



**COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO
ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN**

422

Carimbo de data/hora	Nome completo:	Instituição:	Categoria:
15/04/2021 08:41:35	Aline Andrade dos Santos	AESA	Não-membro
15/04/2021 08:42:41	Otoniel Pedroza de Alencar	CAGEPA	Membro do CBH-LN
15/04/2021 08:43:06	Mirella Leôncio Motta e Costa	IFPB	Membro do CBH-LN
15/04/2021 08:50:20	Francisco Sanae Antunes Moreira	Funai	Membro do CBH-LN
15/04/2021 09:03:01	Gabriel Andy da Silva Lucena	UFPB/AESA	Não-membro
15/04/2021 09:03:12	Luís Carlos S. de Almeida	Afink	Membro do CBH-LN
15/04/2021 09:03:33	Maraci de Sousa Virgolino	AESA	Não-membro
15/04/2021 09:07:33	Gil de Assis Elias Alves	SEC. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Membro do CBH-LN
15/04/2021 09:10:21	Flávia Dias Suassuna	SEIRHMA	Membro do CBH-LN
15/04/2021 09:10:53	Marcus Vinicius Fernandes Neves	CAGEPA	Não-membro
15/04/2021 09:11:15	Katia Regina de Medeiros Sales	AESA	Não-membro
15/04/2021 09:11:34	Thiago de Sousa Pessoa	CAGEPA	Não-membro
15/04/2021 09:11:43	Marlindo francelino gomes	CEDAMS	Membro do CBH-LN
15/04/2021 09:12:14	Ricardo Moisés Gomes de Sousa	CAGEPA	Não-membro
15/04/2021 09:20:19	Juliana Ferreira de Lima	Associação da Feira da Agricultura Familiar de Serraria-PB	Membro do CBH-LN
15/04/2021 09:20:47	José Félix de	Prefeitura Municipal de Alagoinha-PB	Membro do CBH-LN
15/04/2021 09:20:55	Juliana Ferreira de Lima	Associação da Feira da Agricultura Familiar de Serraria-PB	Membro do CBH-LN
15/04/2021 09:44:19	Danilo Maciel	Gilvan Celso Cavalcanti de Morais Sobrinho	
15/04/2021 09:44:41	José Lucivaldo Torquato Cordeiro	Prefeitura Municipal de Bananeiras	Não-membro
15/04/2021 10:15:33	Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro	ABRH	Membro do CBH-LN
15/04/2021 10:33:34	Danilo Augusto Santos de Magalhães	DNOCS	Membro do CBH-LN



**COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO
ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN**

15/04/2021 10:48:55	Natanael Leal da Silva	Fazenda Santa Terezinha LTDA	Membro do CBH-LN
15/04/2021 10:50:32	Pedro Crisóstomo Alves Freire	AESA	Membro do CBH-LN
15/04/2021 10:52:55	Francisco Xavier de Andrade	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba	Membro do CBH-LN
15/04/2021 10:54:11	José Carlos Dias de Lima	Sindicato da Agricultura Familiar de Itapororoca	Membro do CBH-LN
15/04/2021 10:55:47	Marciano Lima da Silva	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Tinto	Membro do CBH-LN
15/04/2021 10:56:29	Waldemir Azevedo	AESA	Não-membro
15/04/2021 10:57:12	Porfírio Loureiro	AESA	Não-membro
15/04/2021 10:57:56	Maria Célia da Nóbrega	AESA	Não-membro

423

424